

Introdução

No final da década de 60 e durante a década de 70, dizia-se no Brasil que primeiro era preciso deixar crescer o bolo para depois distribuí-lo. Teoricamente, tal proposição baseava-se na tese dos economistas Kaldor e Kuznets. O primeiro lembrava que a poupança tende a crescer com o aumento da concentração de renda, obtendo-se assim uma ênfase maior na formação de capital em detrimento do consumo quando a renda se concentra. Kuznets, por sua vez, havia observado que a maioria dos casos de rápido crescimento por ele estudados fora acompanhada por uma deterioração da distribuição de renda.

Que a promessa de distribuição do bolo não foi propriamente cumprida no Brasil não resta a menor dúvida, mas pode-se ir muito além dessa evidência histórica, em favor do *crescimento com distribuição*.

No nível teórico, cabe lembrar que vários fatores podem contrapor-se à conclusão final de Kaldor, embora não tenham sido formalizados pela literatura clássica sobre o assunto. Apenas para citar dois fatores que aconselham um distributivismo concomitante ao processo de crescimento sustentado, cabe lembrar que: a) quanto maior o grau de concentração de renda num ambiente democrático, maior a possibilidade de instabilidade e polarização política, o que se reflete negativamente no nível de investimentos e, obviamente, no crescimento de longo prazo; b) para um mesmo nível de renda *per capita*, se um país tem uma dispersão de renda muito grande, em comparação com outro país, a demanda por educação e a consequente formação de capital humano do país com menor dispersão tenderão a ser muito maiores, fomentando o crescimento; isso porque boa parte dos indivíduos do país com maior concentração de renda encontrar-se-á abaixo de uma linha de pobreza na qual a demanda por educação torna-se praticamente nula. O caso brasileiro atual é um exemplo claro nesse sentido. Uma melhora de seu perfil social fatalmente aumentaria o número de ingressos e reduziria o número de desistências no ensino básico, fomentando o crescimento sustentado e estabelecendo um círculo virtuoso nesse sentido.

Empiricamente, a defesa dessa tese também fica óbvia quando se observa a trajetória dos países do Sudeste asiático *vis-à-vis* a dos países da América Latina ao longo das três últimas décadas. Iniciemos com os dados sobre distribuição de renda em cada um desses casos. Tomando o período 1970-90, observa-se facilmente uma melhora na distribuição de renda do Japão e dos quatro tigres asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coréia do Sul), bem como de Malásia, Indonésia e Tailândia. Ao mesmo tempo, os índices de concentração de renda aumentaram no Chile, na Argentina e no México. Segundo dados apresentados no recente encontro do BID realizado em Santiago do Chile, a proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza aumentou de 34% para 41% no Brasil entre 1980 e 1989.

Paralelamente, observa-se que sete das oito nações de maior crescimento no mundo entre 1960 e 1985 encontrām-se no Sudeste asiático, ao passo que, na América Latina, os países ficaram em geral bem abaixo da média. Até 1980, o Brasil foi a única boa exceção no período. Mas o que sucede nos anos subseqüentes, quando a renda *per capita* brasileira ficou praticamente estagnada, mostra que o caso brasileiro não era de forma alguma um exemplo de crescimento sustentado a ser seguido.

Como obter esse crescimento com distribuição é tema para ser discutido seriamente no Brasil após a estabilização do valor de sua moeda. Por ora cabe lembrar que ele não se obtém com leis salariais ou distributivismos paternalistas. O segredo está na educação básica e na demanda por produtividade propiciada pela abertura ao exterior. Antes de resolvi-

do o problema inflacionário, contudo, qualquer esforço nesse sentido terá poucas chances de sucesso.

Esta edição especial da *Revista Brasileira de Economia (RBE)* apresenta importantes subsídios sobre os temas de crescimento e distribuição de renda, reunindo os trabalhos apresentados no seminário Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Economia do Trabalho, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1992 e promovido pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV) e pelo Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Por solicitação do MIT, os trabalhos originalmente apresentados em inglês pelos professores desta instituição foram traduzidos para o português, donde a necessidade de revisões posteriores, que em alguns casos foram efetuadas por terceiros. Devido a esse motivo, e também a restrições orçamentárias da *RBE*, a publicação de tais trabalhos só se tornou possível com o atraso verificado.

Tais trabalhos são apresentados em três grupos distintos. No primeiro, estudos comparativos ou empíricos apresentam a experiência internacional com relação ao tema do seminário. Enquadram-se nessa seção os trabalhos de Stanley Fischer, A Reforma da Economia Socialista: Lições dos Primeiros Três Anos; Rudiger Dornbusch, O Fim do Império Austro-Húngaro e suas Lições para a ex-URSS; Jonathan Gruber, A Eficiência de um Benefício Compulsório de Grupo Específico: Evidência Baseada em Benefícios de Seguro de Saúde para a Maternidade; e Janet Currie e Duncan Thomas, Medicaid e Assistência Médica Infantil.

A segunda seção trata da experiência nacional com relação aos temas abordados no seminário, incluindo-se aí os trabalhos de Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Armínio Fraga Neto, Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal: Alguns Aspectos; Rodolfo Hoffman, Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-90; Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Hélio Portocarrero de Castro, Renato Fragelli Cardoso e Uriel de Magalhães, O Sistema Previdenciário: Aspectos Institucionais e Argumentos para a Reforma; Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça, A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960; Regis Bonelli e Lauro Ramos, Distribuição de Renda: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade desde Meados dos Anos 70; Rogério L. F. Werneck, Federalismo Fiscal e Política de Estabilização no Brasil; e Edward Amadeo e José Márcio Camargo, A Imagem do Espelho: Reações do Mercado de Trabalho Brasileiro e as Experiências de Estabilização.

Por último, a terceira seção desta edição apresenta o trabalho de cunho teórico apresentado por Michael Kramer, A Teoria "Anel em O" do Desenvolvimento Econômico.

Rubens Penha Cysne
Outubro de 1994